100 Anos

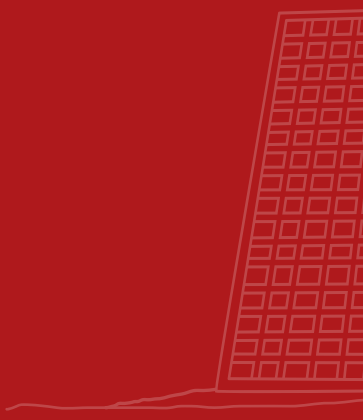
COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE

13 de março de 1923–2023

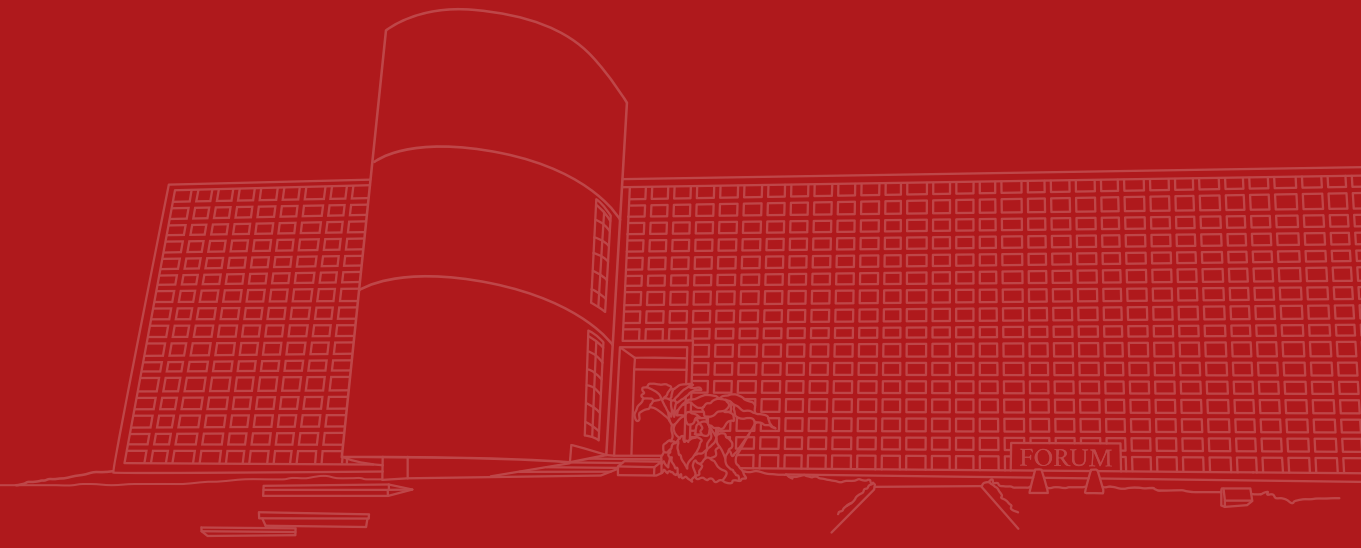
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

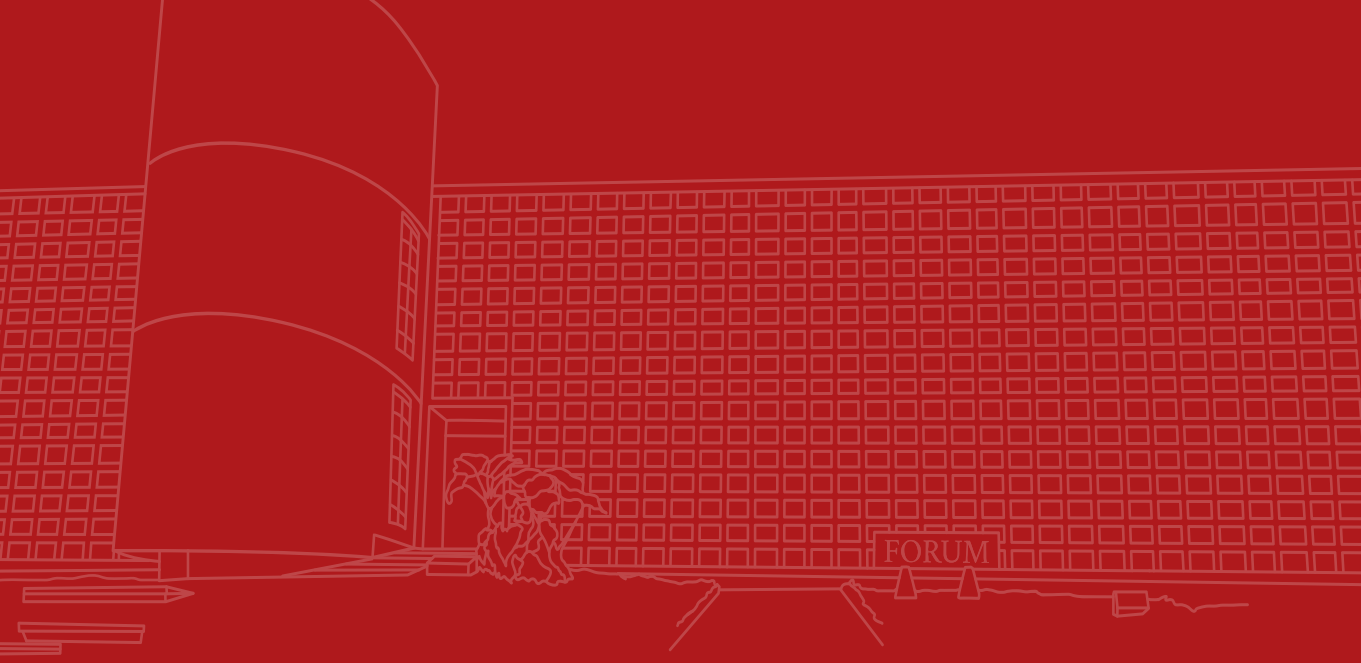
S P

3 DE FEVEREIRO DE 1874



1923





2023

HISTÓRIA

Em 13 de março de 1923, foi instalada a Comarca de Presidente Prudente, criada pela Lei nº 1.887, de 8 de dezembro de 1922. O primeiro juiz da comarca foi Oleno da Cunha Vieira e o primeiro promotor público, Amarílio Rocha.

Em 2023 se encerra um ciclo de 100 anos de história, que merece registro, ainda que singelo, em homenagem a todos que, de alguma forma, contribuíram para a consolidação de uma das mais importantes comarcas do Estado de São Paulo: juízes, promotores de justiça, servidores, advogados, peritos, procuradores e defensores públicos.

A história é um livro sem fim. Cada pessoa que passou pela comarca escreveu uma página. O capítulo atual está a cargo dos que aqui estão. Amanhã virão outros que conduzirão os destinos da comarca.

Atualmente a Comarca de Presidente Prudente, vinculada ao Tribunal de Justiça de São Paulo, órgão da Justiça Estadual, é de entrância final, tem 16

Varas, sendo cinco Varas Cíveis, duas da Família e das Sucessões, uma do Juizado Especial Cível, uma das Fazendas Públicas, três Criminais, uma do Juizado Especial Criminal, uma do Júri e da Infância e da Juventude e duas de Execuções Criminais, além de um Deecrim – Departamento Estadual de Execuções Criminais, encarregado do processamento de execuções penais digitais da 5ª Região Administrativa Judiciária do Estado, que abrange 34 comarcas. No total, são 16 magistrados titulares e quatro juízes auxiliares (porque dos cinco cargos de juízes auxiliares um está vago), além de quatro juízes designados para oficiar no Deecrim. A 27ª Circunscrição Judiciária, da qual a Comarca de Presidente Prudente é sede, tem ainda cinco cargos de juízes substitutos. Estão lotados na comarca 322 servidores.

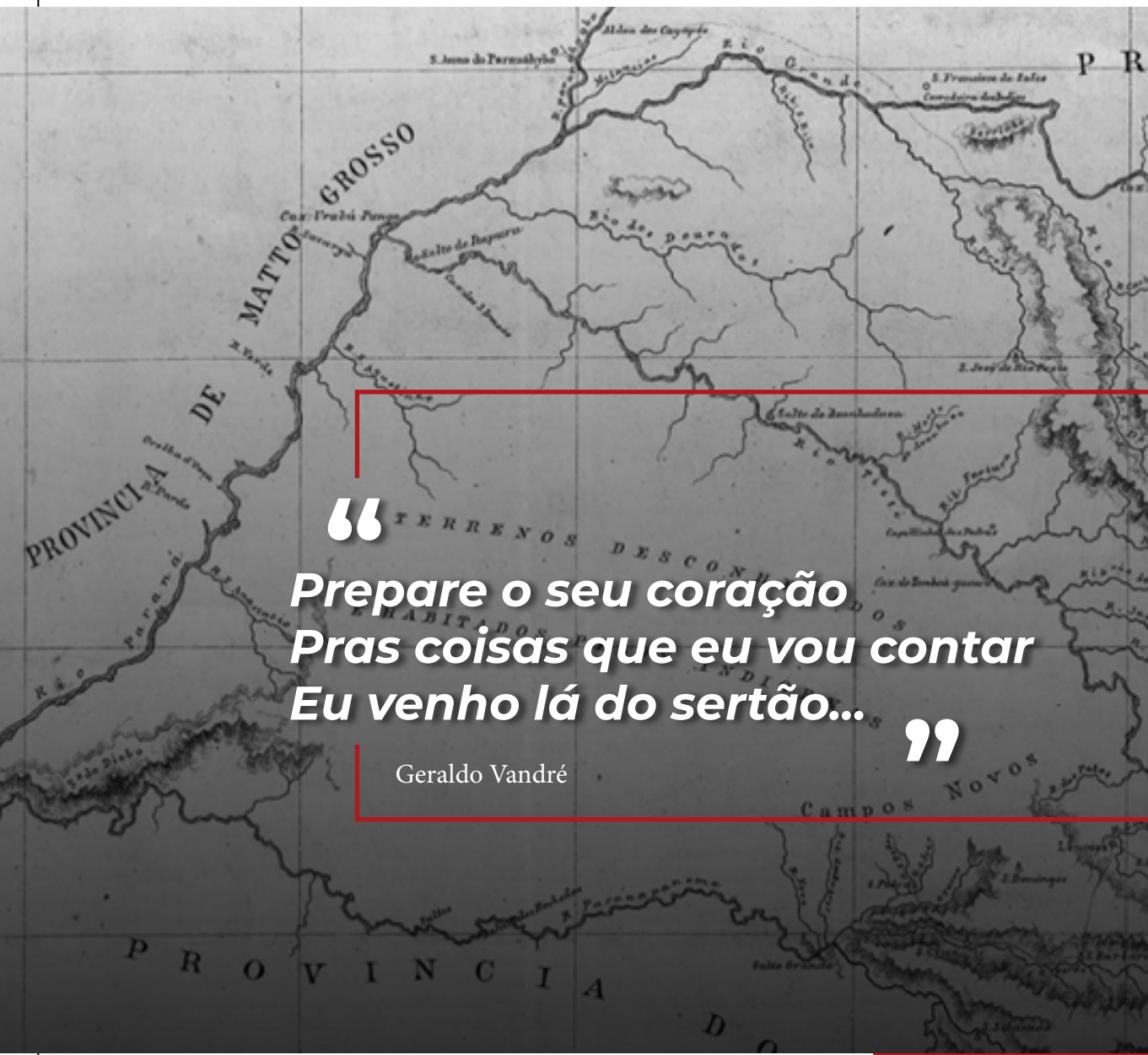
A comarca conta ainda com um Colégio Recursal, composto por quatro Turmas Recursais Cíveis e uma Turma Recursal Criminal, com competência para julgamento dos processos originários dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e das Fazendas Públicas das comarcas que compõem a 27ª Circunscrição Judiciária, ou seja, Presidente Prudente (sede), Pirapozinho, Regente Feijó, Rancharia, Iepê, Presidente Bernardes e Martinópolis. Os próprios juízes das diversas varas judiciais da circunscrição compõem cumulativamente as Turmas Recursais, sem prejuízo de suas funções judicantes nas unidades jurisdicionais das quais são titulares.

Na comarca também funcionam três Zonas Eleitorais (101ª, 182ª e 402ª Zonas Eleitorais), cuja competência é exercida pelos juízes da comarca, em sistema de rodízio a cada período de dois anos, também cumulativamente, sem prejuízos das funções em suas respectivas varas estaduais.

O Poder Judiciário de Presidente Prudente iniciou o ano do seu centenário com 32.294 processos cíveis, 7.240 processos de família e sucessões, 3.947 processos de competência da Vara da Fazenda Pública, 5.879 processos de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública e 104.880 execuções fiscais (de interesse das Fazendas Municipal e Estadual), totalizando 154.240 processos. Há, ainda, 7.213 processos criminais, 1.393 processos de competência do Juizado Especial Criminal, 8.187 tramitando pela Vara do Juizado Especial Cível, 17.888 execuções criminais, em trâmite pelas duas varas de execuções e, ainda, 39.950 execuções criminais em andamento pelo Deecrim, dados de 31/12/22. O Colégio Recursal encerrou o ano de 2022 com 3.709 recursos em processamento *(dados disponibilizados no site do TJSP – Transparência)*.

A população da Comarca de Presidente Prudente é de 268.563 habitantes, sendo 231.953 na sede, 25.078 de Alvares Machado, 4.201 de Alfredo Marcondes, 4.172 de Anhumas e 3.159 de Santo Expedito, e há 209.870 eleitores, considerando os mesmos municípios *(Fonte: Sistema ELO, 24.02.2023)*. Nesse centenário se registra a esperança de que seja preservada a missão de resolver conflitos da sociedade, no âmbito de sua competência, para preservação dos direitos, por meio de julgamentos que observem o devido processo legal, norteados pelos valores da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

NOS TRILHOS DA HISTÓRIA, ATÉ PRESIDENTE PRUDENTE



> *"Prepare o seu coração*
> *Pras coisas que eu vou contar*
> *Eu venho lá do sertão..."*
>
> Geraldo Vandré

Nas antigas cartas geográficas, o território onde se situa hoje Presidente Prudente aparecia como "terrenos desconhecidos". Tal isolamento foi quebrado em meados de 1850 por um mineiro obstinado e ambicioso chamado José Theodoro de Souza, que se embrenhou no sertão disposto a se apossar da maior quantidade possível de terras e com elas juntar fortuna e poder.

Aqui habitavam índios da etnia Guarani, divididos em três tribos: Caiuás, Xavantes e Caingangs (também conhecidos como Coroados). Com a invasão pelos homens brancos, os povos indígenas foram recuando para o Mato Grosso e norte do Paraná, e suas terras foram ocupadas por posseiros.

Uma corrente migratória de Minas para São Paulo também contribuiu para esse desbravamento: a decadência das minas e a atração pelas terras de campos, apropriadas a atividades de criação de gado, fizeram dos mineiros os pioneiros na exploração da região.

Ao mesmo tempo, a ferrovia (Estrada de Ferro Sorocabana) se expandiu pela região, sendo um importante elemento da infraestrutura da economia cafeeira, pois significava transporte rápido, seguro e barato do café para os centros maiores. A ferrovia favoreceu a penetração no sertão, os loteamentos, a ocupação e o aproveitamento do solo. Ao longo da ferrovia se multiplicaram os núcleos urbanos, entre os quais Presidente Prudente. A busca de solos virgens para o café, especulação com terras, a colonização pelo loteamento de grandes glebas e a ferrovia resumem as características do povoamento da Alta Sorocabana, pertencente ao Sertão do Paranapanema. Com a inauguração da Estação de Presidente Prudente, em 19 de janeiro de 1919, o número de desbravadores aumentou, o que contribuiu grandemente para o povoamento dos núcleos urbanos e da região.

Esplanada da estação ferroviária em 1938

Fonte: Acervo Museu Municipal

Fórum de Presidente Prudente entre as décadas de 40 e 70
Foto: Renato Pandur

OS DOIS CORONÉIS

Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes, respectivamente – *Arquivo histórico*

> ***Louvores a Marcondes e a Goulart***
> ***Que aqui vieram para desbravar***
> ***Este rincão,***
> ***Do meu coração,***
> ***Cantando em prosa e verso***
> ***Hoje nesta canção***
>
> Hino de Presidente Prudente

O coronel Francisco de Paula Goulart era proprietário, juntamente com os irmãos, por herança paterna, de vasto latifúndio – a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Em setembro de 1917, ele organizou um grupo de companheiros e, partindo de Assis, veio até Indiana, de trem, onde pegou um segundo trem, de lastro, utilizado pelos operários, e chegou até o vilarejo da Memória (hoje Regente Feijó).

De lá, como já não havia mais trem, veio a pé por uma estrada aberta pela mata densa, até chegar ao Alto Tamanduá, perto da estação que estava sendo construída, e que seria a de Presidente Prudente. Além da mata, das tribos de índios e de alguns posseiros espalhados pela gleba, encontrava-se aqui uma turma da Estrada de Ferro Sorocabana, que colocava os trilhos, bem como o engenheiro responsável pela construção da linha férrea e da estação: João Carlos Fairbanks. O coronel Goulart pediu então para Fairbanks demarcar o território de um núcleo urbano, fazendo surgir uma vila, que serviria de centro de abastecimento para os colonos que chegavam e iam se fixando nos lotes por ele vendidos. Assim, a cidade nasceu nas terras do coronel Goulart, onde, em 1917, foi criada a Vila Goulart.

Quando os trilhos do trem aqui chegaram, em 1919, chegou também outro fundador, o coronel José Soares Marcondes, acompanhado do senhor Francisco Cunha, o Picadeiro, assim conhecido porque abria picadas na mata, demarcava lotes e abria estradas, fazendo a divisão das terras para que fossem vendidas. Essas antigas picadas viraram estradas que ligavam as propriedades com a linha férrea. Esses lotes foram surgindo na gleba Montalvão, cedida ao coronel Marcondes pelo senhor Amador Nogueira Cobra para a criação de um núcleo urbano.

O coronel José Soares Marcondes adquiriu 4.700 alqueires e fundou a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, fundando, entre outros núcleos urbanos, a Vila Marcondes, para abastecer de gêneros, criar escolas e trazer médicos para os novos habitantes do lugar.

É nesse pano de fundo da história paulista que se insere a obra de Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes. Ambos, fazendeiros de café e negociantes de terras, que vieram participar da fortuna que o café propiciava àqueles que se sujeitassem a enfrentar os sertões. As duas vilas se unem e com o passar do tempo o povoado recebe vários nomes, até ser batizado como Presidente Prudente, em homenagem ao nosso primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, por sugestão de seu filho quando esteve aqui para inaugurar o tráfego dos trens.

DE POVOADO

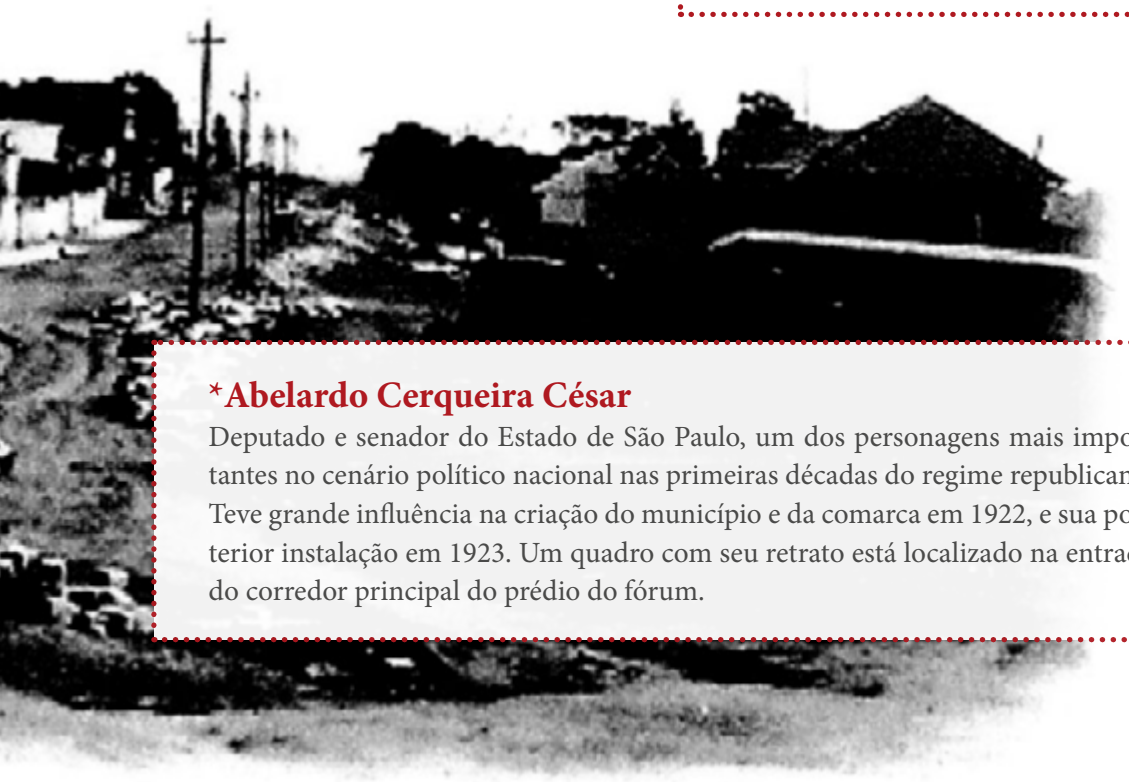
Construção da Avenida Washington Luís, 1921

A MUNICÍPIO

Em 1920 o desenvolvimento econômico e urbano do povoado passou a exigir o estatuto político de município. Começa, então, uma campanha para sua instituição, contrariando a oposição aberta dos chefes políticos de Campos Novos do Paranapanema e Conceição de Monte Alegre, que disputavam o controle do novo povoado. O grande destaque do movimento era o coronel Goulart, com apoio do deputado Abelardo Cerqueira César*, amigo de sua família, e do líder anastaciano Arthur Ramos e Silva.

O povoado, ou cidadezinha, como a chamavam, não recebia em troca nenhuma benfeitoria das duas prefeituras, interessadas apenas em recolher tributos. Os habitantes de Presidente Prudente ficavam entregues à própria sorte. Fundada na floresta nativa, não tinha comunicação com Conceição de Monte Alegre e Campos Novos do Paranapanema, uma vez que os trens não passavam naquelas cidades, muito distantes.

A abertura de estradas, de ruas, iluminação pública, serviços de água e ou-



***Abelardo Cerqueira César**

Deputado e senador do Estado de São Paulo, um dos personagens mais importantes no cenário político nacional nas primeiras décadas do regime republicano. Teve grande influência na criação do município e da comarca em 1922, e sua posterior instalação em 1923. Um quadro com seu retrato está localizado na entrada do corredor principal do prédio do fórum.

tros, estavam a cargo dos próprios moradores, ou de Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes. À campanha pela criação do município aderiram os proprietários de glebas, uma vez que a autonomia política e administrativa significaria forte atrativo aos compradores.

Em 17 de outubro 1921 foi enviado ao então Congresso do Estado de São Paulo, o Projeto nº 21, criando o município de Presidente Prudente, que, aprovado, foi transformado na Lei nº 1.798, de 28 de novembro de 1921, sancionado pelo presidente do Estado, cargo da época correspondente ao hoje governador do estado, que era ocupado por Washington Luiz Pereira de Souza.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DIARIO OFFICIAL

DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 31 — 33.º da REPUBLICA — N. 270 SÃO PAULO SEXTA-FEIRA, 2 de DEZEMBRO de 1921

Actos do Poder Legislativo

LEI N. 1798 — de 28 de novembro de 1921

Cria os districtos de paz de Santo Anastacio e Presidente Prudente e o municipio Presidente Prudente.

O doutor Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a Lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica criado o districto de Paz de Santo Anastacio, com séde na povoação do mesmo nome e com as seguintes divisas: começam, na confluencia dos rios Paranapanema e Paraná, sobem por este até á foz do ribeirão das Marrecas, sobem por este até á sua cabeceira mais alta, dahi, em rumo ao espigão divisor que deixa á direita as aguas vertentes do rio do Peixe, e á esquerda, as do rio Aguapehy, seguem por este espigão até fronteiar a cabeceira principal do ribeirão Santa Maria; dahi, em rumo ao dito ribeirão e por este abaixo até ao rio do Peixe, por este abaixo até á foz do rio Taquarussú e por este acima até á sua cabeceira mais alta; dahi em rumo á cabeceira principal do affluente da margem direita do rio Santo Anastacio, que lhe fica mais proximo, e pelo curso desse affluente até á sua confluencia com aquelle rio; dahi, em rumo á cabeceira principal do ribeirão Pirapozinho e por este abaixo até sua confluencia com o Paranapanema e por este abaixo até ao Paraná, na confluencia destes dois rios, onde tiveram começo.

Artigo 2.º — Fica creada o districto de Paz de Presidente Prudente, com séde na povoação do mesmo nome e com as seguintes divisas, começam no rio Paranapanema, na foz do rio Laranja Doce, sobem por este até á sua cabeceira principal, dahi em rumo á cabeceira principal do ribeirão da Confusão, por este abaixo até sua foz no rio do Peixe, por acima até á sua confluencia com o ribeirão Taquaral, por este acima até sua cabeceira principal; dahi em rumo ao espigão divisor das aguas que vertem á direita para o rio Aguapehy e á esquerda para o rio do Peixe, seguem por este espigão, até fronteiar a cabeceira do ribeirão Santa Maria; dahi em rumo ao dito ribeirão e por este abaixo até ao rio do Peixe; por este abaixo até á foz do rio Taquarussú e por este acima até á sua cabeceira mais alta; dahi em rumo á cabeceira principal do affluente da margem direita do rio Santo Anastacio que lhe fica mais proximo, e pelo curso desse affluente até á sua confluencia com aquelle rio; dahi em rumo á cabeceira principal do ribeirão Pirapozinho, por este abaixo até á sua confluencia com o Paranapanema e por este acima até á foz do rio Laranja Doce, onde tiveram começo.

Artigo 3.º — Fica criado o municipio de Presidente Prudente, com séde na povoação de egual nome, na estrada de Assis, desmembrado dos municipios de Campos Novos do Paranapanema e Conceição do Monte Alegre.

Artigo 4.º — As divisas do municipio de Presidente Prudente são as seguintes: começam na barra do rio Laranja Doce, no rio Paranapanema; descem por este até ao rio Paraná, subindo por esse rio até á barra do ribeirão das Marrecas; sobem por este até á sua cabeceira principal, continuando pelo divisor das aguas entre os rios do Peixe, á direita, e Aguapehy, á esquerda, até fronteirar a cabeceira principal do ribeirão do Taquaral, pelo qual descem até ao rio do Peixe, descendo ainda por este até á barra do ribeirão da Confusão; sobem por este até á sua cabeceira principal, e desta até á do rio Laranja Doce, pelo qual desceu até á sua barra no rio Paranapanema, onde tiveram começo.

Artigo 5.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 28 de Novembro de 1921.

Washington Luis P. de Sousa
Alarico Silveira

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 1.º de Dezembro de 1921. — O director-geral, *João Chrysostomo B. da Rocha Junior.*

LEI N. 1799 — de 28 de novembro de 1921

Dá novas divisas para os municipios de Barretos e Olympia

O Doutor Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — São as seguintes as divisas entre os municipios de Barretos e Olympia: começam á margem do rio Grande, na barra do ribeirão Passa Tempo; sobem por este até á confluencia no ribeirão Bezerra; e hi seguem pelo espigão divisor das aguas vertentes do rio Turvo, das do rio Grande; tomando á esquerda, seguem por este espigão até fronteirar a cabeceira mais alta do corrego das Canoas; dahi em rumo á dita cabeceira e pelo corrego das Canôas abaixo até á sua confluencia no ribeirão Cachoeirinha; sobem por este até á barra do corrego Grande, nas divisas do municipio de Monte Azul.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.

Palacio do Gover o do Estado de S. Paulo, 28 de Novembro de 1921.

Washington Luis P. de Sousa
Alarico Silveira.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 1.º de Dezembro de 1921. — O director-geral, *João Chrysostomo B. da Rocha Junior.*

LEI N. 1800 — de 29 de novembro de 1921.

Cria o Districto de Paz de Guaracy, com séde na actual povoação de Cresciuma, no municipio e comarca de Olympia.

O Doutor Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado de S. Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

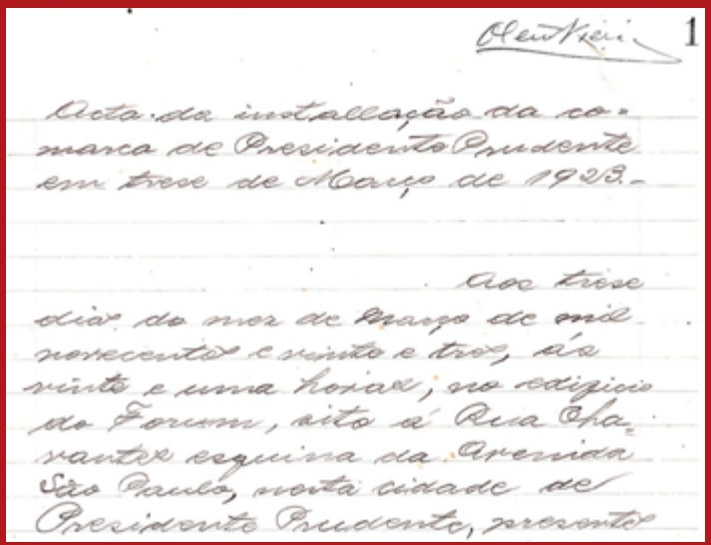
Artigo 1.º — Fica criado o districto de paz de Guaracy, com séde na actual povoação de Cresciuma, no municipio e comarca de Olympia.

Artigo 2.º — As suas divisas são as seguintes: Começam no logar denominado Barra Grande, á margem do rio Grande, na embocadura do ribeirão Passa Tempo, pelo qual sobem até á confluencia do ribeirão Bezerra; dahi seguem pelo espigão divisor entre os ribeirões Limoeiro e Bezerra até ao espigão que divide as aguas do Cachoeirinha das do rio Grande; tomam á direita e seguem por este espigão até fronteirar a nascente mais alta do corrego do Sapé; descem por este até ao ribeirão da Cachoeirinha, e por este abaixo até ao rio Turvo; pelo rio Turvo abaixo até encontrar o perimetro das freguezias São João e Balsamo ou Macacos, e por este até encontrar o espigão divisor das aguas do ri-

A NOVA COMARCA

Em 13 de março de 1923, foi instalada a Comarca de Presidente Prudente, criada pela Lei nº 1.887, de 8 de dezembro de 1922. O primeiro juiz da comarca foi Oleno da Cunha Vieira, nascido na capital (30/1/1893), formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 22/12/1917; ingressou na Magistratura como juiz substituto de Mogi

Primeiro Fórum da Comarca de Presidente Prudente



Acta da installação da comarca de Presidente Prudente em treze de Março de 1923.

Aos treze dias do mez de Março de mil novecentos e vinte e tres, ás vinte e uma horas, no edificio do Forum, sito á Rua Thamandaré esquina da Avenida São Paulo, nesta cidade de Presidente Prudente, presente

Uma rua de Presidente Prudente recebeu o nome do primeiro juiz da comarca. Trata-se da **Rua Oleno da Cunha Vieira**, na Vila Machadinho, entre a Paróquia Nossa Senhora do Carmo (Igreja da Maristela) e a APEA (Associação Prudentina de Esportes Atléticos)

das Cruzes (1922), de onde foi promovido para Presidente Prudente (1923), e permaneceu até 1926. Foi promovido para Orlândia (1926), e depois para Jundiaí (1930). Aposentou-se como juiz da Vara de Acidentes do Trabalho de São Paulo, na década de 1940. O primeiro promotor público foi Amarílio Rocha.

Entre as décadas de 1930 e 1940 o Estado de São Paulo construiu novos prédios para os fóruns das cidades médias paulistas, adotando um projeto padrão, um deles em Presidente Prudente. O edifício do antigo fórum, hoje ocupado pela Procuradoria Regional do Estado, situado bem no centro da cidade, ao lado da Catedral de São Sebastião e da Praça 9 de Julho, faz parte do conjunto de edifica-

Inauguração do prédio do fórum construído na década de 1940, aparecendo à frente o juiz Francisco de Souza Nogueira (terno preto e óculos), hoje patrono da comarca e nome do atual prédio do fórum

ções que caracterizam o centro histórico de Presidente Prudente, tendo sido o primeiro prédio de dois andares da cidade. Na época, além das varas judiciais, funcionavam no prédio os cartórios extrajudiciais, sendo o primeiro e segundo tabeliães Alfredo Ramos e Eliseu Prestes César, respectivamente, e oficial de registro, Gabriel Lessa.

O prédio foi se mostrando pequeno em vista das crescentes demandas da cidade, até que, em novembro de 1974, foi inaugurado o novo prédio do fórum da Comarca de Presidente Prudente, que, com o passar do tempo, recebeu ampliações, melhorias e obras de acessibilidade, tudo para adequar o atendimento aos jurisdicionados.

O prédio principal, em seus 50 anos, já teve diversas configurações, ganhou portões e anexos, mas preservou sua área verde. A primeira ampliação foi concluída em 1988 e corresponde à parte do prédio em que hoje estão os gabinetes dos magistrados das varas criminais no piso superior, e alguns dos cartórios no piso inferior.

A segunda ampliação se deu em 2006 e corresponde à parte do prédio onde se acha instalada a porta de acesso do público, as varas da Família e das Su-

cessões, as varas das Execuções Criminais, a vara das Fazendas Públicas e o Juizado Especial Cível, além de gabinetes de juízes auxiliares.

O pátio lateral do prédio, hoje ocupado por estacionamento de veículos de servidores, serviu, durante muitos anos, de passagem para transeuntes, ligando a Avenida Coronel Marcondes à Rua Joaquim Nabuco, travessia que foi fechada em meados de 2003.

A estrutura de cada novo anexo conta a história dos períodos das construções, e as variações da arquitetura refletem o avanço da comarca, afinado ao progresso do município. Algumas modificações merecem destaque: a implantação de novos setores como a Central de Mandados (13/8/13), unificando o trabalho dos oficiais de justiça, e a transformação de cinco cartórios cíveis em uma única Unidade de Processamento Judicial (UPJ: 21/8/17). A primeira coordenadora desta unidade foi a servidora Maria Célia Albuquerque Foltran, que se aposentou em 2021, e o primeiro corregedor permanente o juiz Paulo Gimenes Alonso, titular da 3ª Vara Cível, função que atualmente está a cargo do magistrado Sérgio Elorza Barbosa de Moraes, da 5ª Vara Cível. Destaca-se, também, a instalação de um setor de Tecnologia da Informação (TI), em 2009, para suporte de informática; mudanças que evidenciam as grandes transformações vivenciadas pela Justiça paulista na última década.

Por volta de 1990, começou a informatização do Poder Judiciário. Alguns magistrados, por iniciativa própria, utilizavam computadores pessoais para prolação de sentenças. O pioneiro na utilização de um computador para elaboração de sentenças na comarca foi o juiz Luiz Carlos de Carvalho Moreira, que, na época, era titular da 4ª Vara Cível, e atualmente é titular da 1ª Vara de

Visão da UPJ Cível

Juiz Eduardo Gesse, da 2ª Vara da Família e das Sucessões, fazendo audiência por videoconferência

Execuções Criminais. Servidores também passaram a adquirir computadores, com seus recursos próprios, para gradual substituição das máquinas de escrever. A implantação do processo eletrônico começou em 2006. Em 2007, o Tribunal de Justiça implantou o primeiro foro totalmente digital do Brasil (Foro Regional Nossa Senhora do Ó) com competências Cível e de Família e Sucessões. O grande desafio do processo digital foi vencido em 2015 com a implantação do projeto 100% digital, o que foi uma verdadeira revolução na forma de prestação jurisdicional.

Em 2020, por causa da pandemia da Covid-19, provocada pelo novo coronavírus, que exigiu distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos públicos e privados, como tentativa de frear a propagação do vírus, que impactou o mundo e só no Brasil causou a morte de quase 700.000 pessoas – foi implantado o sistema de trabalho remoto (*home office*), que perdurou por quase dois anos. Em 2022, restabeleceu-se parcialmente o serviço presencial, em sistema de rodízio, mantendo-se cerca de 50% do contingente de servidores e magistrados trabalhando a partir de suas casas, o que se mostrou muito produtivo, eficiente e econômico. As audiências feitas por vídeo, por meio da *internet*, revolucionaram a forma de prestação jurisdicional, permitindo que juízes, até mesmo de suas casas, não interrompessem o serviço judiciário, ouvindo pessoas de qualquer lugar do país, e, às vezes, até do exterior.

A despeito dos impactos causados pela pandemia, para a Família Forense, o prédio do fórum continua sendo a Casa da Justiça – um edifício vivo e dinâmico. Suas paredes e chão contam a história de muitos que passaram por este lugar singular, imponente em seu tamanho e importância, mas modesto e acessível àqueles que nele buscam a realização concreta da Justiça.

José Wagner Parrão Molina, atual juiz diretor do Fórum da Comarca de Presidente Prudente. *Foto: Secretaria Municipal de Comunicação*

Nome do prédio do fórum atual homenageia o desembargador Francisco de Souza Nogueira, patrono da comarca, que foi juiz em Presidente Prudente de 1935 a 1944

Evolução da criação das varas da comarca

1923

Instalação da comarca, com vara única

1952

Criação da 2ª Vara

- 2ª Vara das Execuções Criminais instalada em 12/12/06
- A Vara das Execuções Criminais foi renumerada para **1ª Vara das Execuções Criminais**, a partir da instalação da 2ª Vara das Execuções Criminais

1963

Criação da 3ª Vara

- Criação da 4ª Vara, instalada em 11/4/77
- As 1ª, 2ª, 3ª e 4ª varas passaram, em 1979, a se denominar 1ª, 2ª, 3ª e 4ª **Varas Cíveis,** com a instalação da **1ª Vara Criminal**
- Vara Criminal e de Menores, instalada somente em 1979, e que em 1982 passou a se denominar **1ª Vara Criminal**

1976

2005

- A competência da 1ª Vara Cível originária foi remanejada para **2ª Vara da Família e das Sucessões**
- Criação da Vara da Fazenda Pública
- Vara do Juizado Especial, que não chegou a ser instada, sendo transformada em 2006 na **2ª Vara das Execuções Criminais**

2006

2017

Vara do Juizado Especial Criminal: Antiga Vara Distrital de Álvares Machado, remanejada pela Resolução nº 762, de 30/9/94, art. 1º, inc. I

O então Foro Distrital de Pirapozinho, criado em 1988, foi elevado à categoria de comarca de 1ª Entrância pela Lei Complementar nº 877, de 29/8/2000, ocorrendo a instalação da comarca em 25/11/05

1982

2ª Vara Criminal, instalada em 1983, com atribuição para os processos relativos à Infância e Juventude, serviço que na época era referido como Juizado de Menores

1988

3ª Vara Criminal, instalada em 1989, com atribuição para processamento das execuções criminais

1994

5ª Vara Cível, instalada em 26/7/99

1999

A Vara do Júri, Execuções Criminais e da Infância e da Juventude, que não chegou a ser instalada com essa competência, foi remanejada para **Vara Das Execuções Criminais** e instalada em 26/7/99

2000

- Vara da Infância e da Juventude, que foi instalada em 2005, com competência alterada para **Vara do Júri e da Infância e da Juventude**
- 4ª Vara Criminal, cuja competência foi remanejada em 2005 para a **Vara do Juizado Especial Cível**, instalada em 25/11/05

2004

- A 6ª Vara Cível, criada em 1994, e que não chegou a ser instada, teve a competência alterada para **Vara da Família e das Sucessões**, depois renomeada, em 2005, como **1ª Vara da Família e das Sucessões**
- 7ª Vara Cível, que não chegou a ser instada, foi renumerada para **6ª Vara Cível**, e depois novamente renumerada para **1ª Vara Cível**

O então Foro Distrital de Alvares Machado, criado em 1994, foi transformado em Vara Distrital em 2016, que depois foi remanejada para a sede da comarca, passando a se denominar Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Presidente Prudente

Evolução da comarca no quadro de entrâncias do Tribunal de Justiça de São Paulo

As comarcas, de acordo com a importância, são classificadas por entrâncias estabelecidas pela Lei de Organização Judiciária, que leva em conta o movimento forense, a densidade demográfica, número de eleitores, receitas públicas, meios de transporte, situação geográfica e outros fatores socioeconômicos de relevância.

• **1ª entrância** - Lei nº 2.186, de 30/12/26, art. 3, § 1º

• **2ª entrância** - Decreto-lei nº 11.058, de 26/4/40, art. 17, § 2º

• **3ª entrância** - Decreto-lei nº 14.234, de 16/10/44

• **4ª entrância** - Leis nº 5.121, de 31/12/58 e nº 5.285, de 18/2/59

• **3ª entrância (reclassificada para 3ª entrância porque extinta a 4ª entrância)** - Decreto-lei nº 158, de 28/10/69; Resolução nº 1, de 20/12/71; Resolução nº 2, de 15/12/76; Lei Estadual nº 3.396, de 16/6/82 e Lei Complementar nº 877, de 29/8/00

• **ENTRÂNCIA FINAL:** Lei Complementar nº 980, de 21/12/05

Juízes titulares que atuaram na Comarca de Presidente Prudente desde sua instalação

- OLENO DA CUNHA VIEIRA
6/2/1923 a 8/2/1926

- JOÃO ELIAS CRUZ MARTINS
9/3/1926 a 19/11/1929

- PEDRO PENTEADO DE CASTRO
24/12/1929 a 13/11/1933

- LAURINDO DIAS MINHOTO JÚNIOR
18/12/1933 a 20/6/1935

- FRANCISCO DE SOUZA NOGUEIRA
4/7/1935 a 2/12/1944

- MÁRIO FERNANDES FIGUEIRA
2/2/1945 a 31/3/1947

- ERIX DE CASTRO
28/4/1947 a 2/12/1949

- FÁBIO DE SOUZA QUEIROZ
20/12/1949 a 20/11/1951

- ANNIBAL DE MESQUITA
17/12/1951 a 28/1/1952

- JESUINO UBALDO CARDOSO DE MELLO FILHO
30/1/1952 a 11/1/1954

- CASSIANO MARCONDES RANGEL
19/2/1952 a 11/1/1954

- BRUNNO AFFONSO DE ANDRÉ
23/1/1954 a 26/4/1955

- ARMANDO AZEVEDO JÚNIOR
16/2/1954 a 6/3/1956

- OCTÁVIO PRESTES JÚNIOR
26/5/1955 a 20/10/1959

- EDMAR CARVALHO LIMA
10/4/1956 a 13/8/1957

- ANICETO LOPES ALIENDE
8/10/1957 a 4/9/1963

- DALMO DO VALLE NOGUEIRA
28/11/1959 a 4/9/1963

- MANOEL CARLOS DA COSTA LEITE
4/9/1963 a 4/9/1963

- SILVIO FERNANDO PAES DE BARROS
20/11/1963 a 21/2/1969

- LUIZ CARLOS DA COSTA MENDES
22/6/1965 a 8/2/1966

- JOSÉ FERNANDES RAMA
23/8/1966 a 30/12/1969

- ADALBERTO DENSER DE SÁ
20/3/1969 a 11/9/1972

- LUIZ ELIAS TÂMBARA
28/11/1969 a 4/7/1974

- ARISTIDES FERNANDES BRAGA
19/2/1970 a 22/10/1970

• MIGUEL JOSÉ NADER
22/10/1970 a 5/2/1981

• ANTONIO CARLOS VIANA SANTOS
10/10/1972 a 19/10/1972

• REYNALDO ANTONIO VESSANI
19/10/1972 a 4/8/1993

• PAULO DIRCEU ROSSETTI
4/7/1974 a 9/11/1993

• REGIS DE CASTILHO BARBOSA
24/12/1976 a 7/3/1977

• FRANCISCO GARCIA REDONDO FILHO
7/3/1977 a 22/4/1983

• VICENTE CELSO DA ROCHA GUASTINI
6/2/1979 a 9/6/1988

• IVAN MARQUES DA SILVA
6/2/1979 a 9/7/1980

• OSWALDO TOMAZETI
5/2/1981 a 17/4/1984

• AROLDO MENDES VIOTTI
14/7/1981 a 4/1/1982

• RAUL ROBERTO SOARES DE MELLO
26/4/1982 a 22/11/1989

• JOSÉ CARDOSO NETO
25/2/1983 a 11/3/1983

• ODORICO NILO MENIN FILHO
11/3/1983 a 19/3/2003

• HÉLIO MARTINEZ
2/7/1984 a 22/8/1985

• LUIZ CARLOS DE SOUZA LOURENÇO
25/4/1985 a 22/12/1993

• ANTONIO JOSÉ MACHADO DIAS
28/6/1989 a 14/3/2003

• FERNANDO FLORIDO MARCONDES
1º/6/1994 a 14/4/2021

• EMERSON UEOCKA
28/4/1999 a 3/7/2018

• JOÃO PEDRO BRESSANE DE PAULA BARBOSA
14/5/2003 a 23/3/2022

• FABIO D'URSO
14/4/2004 a 26/9/2007

• LEONINO CARLOS DA COSTA FILHO
15/12/2004 a 12/12/2013

• CARLOS EDUARDO LOMBARDI CASTILHO
11/8/2005 a 14/7/2019

• GUILHERME FERREIRA DA CRUZ
13/7/2006 a 27/11/2008

• LUCIANA MENEZES SCORZA
3/8/2017 a 12/1/2020

Juízes em atividade no ano do centenário

**Data indica o início do exercício na comarca*

• ANTONIO ROBERTO SYLLA
1ª Vara Criminal - 5/9/1988

• LUIZ CARLOS DE CARVALHO MOREIRA
1ª Vara das Execuções Criminais - 7/2/1990

• EDUARDO GESSE
2ª Vara da Família - 1º/9/1993

• PAULO GIMENES ALONSO
3ª Vara Cível - 10/12/1993

• SÉRGIO ELORZA BARBOSA DE MORAES
5ª Vara Cível - 16/6/1999

• JOSÉ WAGNER PARRÃO MOLINA
Vara do Juizado Especial Criminal - 11/8/2005

• ATIS DE ARAUJO OLIVEIRA
2ª Vara das Execuções Criminais - 11/8/2005

• CIBELE CARRASCO RAINHO NOVO
2ª Vara Criminal - 17/5/2006

• FABIO MENDES FERREIRA
2º juiz de Direito auxiliar - 17/5/2006

• MICHEL FERES
Vara do Juizado Especial Cível - 3/9/2009

• LEONARDO MAZZILLI MARCONDES
4ª Vara Cível - 3/9/2009

• DARCI LOPES BERALDO
Vara da Fazenda Pública - 5/5/2011

• FLÁVIA ALVES MEDEIROS
Vara do Júri da Infância e da Juventude
13/12/2012 a 13/2/2023

• SIZARA CORRAL DE ARÊA LEÃO MUNIZ ANDRADE
3ª Vara Criminal - 27/6/2013

• SILAS SILVA SANTOS
2ª Vara Cível - 13/12/2013

• LUIZ AUGUSTO ESTEVES DE MELLO
1ª Vara Cível - 12/12/2019

• MOISES HARLEY ALVES COUTINHO OLIVEIRA
1ª Vara da Família e das Sucessões
28/10/2021

• ALESSANDRO CORREA LEITE
3º juiz de Direito auxiliar - 28/10/2021

• FRANCISCO JOSÉ DIAS GOMES
4º juiz de Direito auxiliar - 28/10/2021

• MARCELA PAPA PAES
5ª juíza de Direito auxiliar - 20/6/2022

Juízes que acumulam as funções eleitorais no ano do centenário

• ALÉXIA DOMENE EUGENIO
2º juiz substituto da 27ª CJ

• RENATA ESSER DE SOUZA
3º juiz substituto da 27ª CJ

• CAROLINA ESTRELA DE OLIVEIRA SACCHI MOLINA
4º juiz substituto da 27ª CJ

• LUCAS SILVA BARRETTO
5º juiz substituto da 27ª CJ

• 101ª Zona Eleitoral
LUIZ CARLOS DE CARVALHO MOREIRA

• 182ª Zona Eleitoral
JOSÉ WAGNER PARRÃO MOLINA

• 402ª Zona Eleitoral
LUIZ AUGUSTO ESTEVES DE MELLO

A magistrada **Cibele Carrasco Rainho Novo** é a primeira mulher a ocupar um cargo de titular na comarca, quando em 17/5/06 assumiu como 1ª juíza auxiliar de Presidente Prudente. Atualmente é juíza da 2ª Vara Criminal

Promotores em atividade no ano do centenário

- MÁRCIO KUHNE PRADO JÚNIOR | 1º PJ
- JURANDIR JOSÉ DOS SANTOS | 2º PJ
- MARCOS AKIRA MIZUSAKI | 3º PJ
- GILSON SIDNEY AMÂNCIO DE SOUZA | 4º PJ
- FERNANDO GALINDO ORTEGA | 5º PJ
- RODRIGO MELGAREJO | 6º PJ
- CLAUDINEI ALVES DE MELO JÚNIOR | 7º PJ
- LINCOLN GAKIYA | 8º PJ
- RICARDO RODRIGUES SALVATO | 9º PJ
- HÉLIO PERDOMO JÚNIOR | 10º PJ
- GABRIEL LINO DE PAULA PIRES | 11º PJ
- GILSON ANTUNES MARTINS | 12º PJ
- MARCELO CRESTE | 13º PJ
- MÁRIO COIMBRA | 14º PJ
- VANESSA ZORZAN | 1º PJ auxiliar
- JOÃO PAULO GIOVANINI GONÇALVES 2º PJ auxiliar
- PEDRO ROMÃO NETO | PJ Regional

José Laury Miskulin se destaca como um dos mais proeminentes promotores de Justiça que oficiaram na comarca. Ocupou a 1ª Promotoria de Justiça de 1975 a 1983. Promovido para São Paulo, chegou ao cargo de procurador de Justiça e, como tal, participou de bancas de concurso de ingresso ao Ministério Público. Também foi professor e diretor da Faculdade de Direito de Presidente Prudente, do Centro Universitário Toledo. Inspirou muitos de seus alunos a optarem pelas carreiras públicas, contribuindo para que diversos formandos ingressassem na Magistratura e no Ministério Público, muitos dos quais ainda atuam como juízes e promotores em Presidente Prudente e nas comarcas da região

Diretoria da 29ª Subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no ano do centenário

- WESLEY CARDOSO COTINI | *Presidente*
- DEBORAH CARDOSO RODRIGUES ZOLA | *Vice-Presidente*
- VIVIANE DE CASTRO GABRIEL SEGATTO | *Secretária Geral*
- LARISSA APARECIDA DA COSTA | *Secretária-Adjunta*
- MARCO ANTONIO GOULART | *Tesoureiro*

Wesley Cardoso Cotini, presidente da 29ª Subseção da OAB – Presidente Prudente

O decano dos advogados no ano do centenário é **Marcus Ernesto Scorza**, inscrito na OAB sob nº 15.269. Formado pela Faculdade de Direito e Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro no ano de 1962, começou a advogar em Presidente Prudente no ano de 1964 e ainda se mantém em atividade. Foi presidente da subseção local da OAB por três mandatos: de 1993 a 1994, 1995 a 1997 e 1998 a 2000. É pai de **Luciana Menezes Scorza**, que foi juíza auxiliar da Comarca de Presidente Prudente de 3/8/17 a 12/1/20

A ARTE DE SERVIR

> ***"Entende, contudo, que ao próximo servir***
> ***é para ti mesmo construir***
> ***Servir é vir-a-ser, bem sei,***
> ***É plantar no outro e colher em si"***
>
> Dani Lopes

Qualquer narrativa da história da comarca passa pela eficiente atuação dos servidores responsáveis pelo funcionamento dos serviços forenses.

Os funcionários são a força motriz da locomotiva da Justiça, por isso fazem parte da história da comarca nesses 100 anos de muito trabalho, o que é reconhecido pelos magistrados, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, pelos que oficiam no fórum e pelos jurisdicionados.

Em 2023, ano do centenário, a comarca conta com 322 servidores, sendo dois agentes administrativos judiciários, dois agentes de segurança judiciário, 1 agente de serviços judiciários (auxiliar de serviços), 1 agente operacional judiciário (telefonista), 4 agentes operacionais judiciários (vigias), 38 assistentes judiciários, 7 assistentes sociais judiciários, 44 chefes de seção judiciário, 1 chefe de Seção Técnica Judiciário (psicólogo judiciário chefe), 16 coordenadores, 148 escreventes técnicos judiciários, 45 oficiais de justiça, 8 psicólogos judiciários e 5 supervisores de serviço. Dispõe, ainda, de serviços terceirizados (motoristas, limpeza, vigilância e controlador de portaria), executados por 40 pessoas, que mantêm vínculo com as respectivas empresas prestadoras dos serviços.

Cartórios extrajudiciais

• **1º Oficial de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Protesto de Títulos**
Oficial: Levy Mário Celestino

• **2º Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas**
Oficial: Márcio Minuzzi de Medeiros

• **1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos**
Tabelião: Thiago de Moraes Castro

• **2º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos**
Tabelião: André Machado de Souza

• **3º Tabelião de Notas de Protesto de Títulos de Presidente Prudente**
Tabeliã: Bruna Carla Salomão Nogueira Cunha Melo

• **4º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Presidente Prudente**
Tabelião: Selmo José Chromeck da Silva

• **Serviço Registral das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas**
Responsável: Plínio Alessi

Levy Mario Celestino é o servidor extrajudicial mais antigo da comarca. Nomeado como auxiliar em 3/1/55, pelo então juiz corregedor Bruno Affonso de André, época em que era titular do cartório Paulo de Tarso da Rocha Lessa, e os cartórios cumulavam os serviços judiciais e extrajudiciais. Em 2/2/60 foi nomeado escrevente pelo juiz corregedor Aniceto Lopes Aliende. Em 26/9/70 foi nomeado oficial maior pelo juiz corregedor José Fernandes Rama. Em 21/9/82 foi nomeado oficial interino pelo juiz corregedor Reynaldo Antonio Vessani. Em 8/3/83 foi nomeado oficial titular pelo governador do Estado de São Paulo José Maria Marin

Vista do centro da cidade, 1959
Foto: Museu e Arquivo Histórico

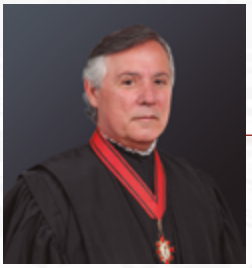
Conselho Superior da Magistratura no ano do centenário (2022/2023)

Presidente
Desembargador Ricardo Mair Anafe

Vice-Presidente
Desembargador Guilherme Gonçalves Strenger
Ingressou na Magistratura em 1981, como juiz substituto da 27ª CJ, com sede na Comarca de Presidente Prudente

Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia

Decano
Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino



Presidente da Seção de Direito Privado
Desembargador Artur César Beretta da Silveira

Presidente da Seção de Direito Público
Desembargador Wanderley José Federighi

Presidente da Seção de Direito Criminal
Desembargador Francisco José Galvão Bruno

27ª CJ – COMARCAS

Coordenador

Desembargador Spencer Almeida Ferreira, nascido em São Paulo, Capital, em 24/1/56. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, em 1982. *MBA* pela FIA/USP (1999); mestre em Direito pela Unoeste (2002). Especialização em Direito Empresarial pela então Instituição Toledo de Ensino, hoje Centro Educacional Toledo (2006). Professor Universitário e homenageado com o título de Cidadão Prudentino em 2022. Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, em vaga reservada ao quinto constitucional, em 2/4/09, egresso da Advocacia

Coordenador adjunto

Desembargador Aloísio de Toledo César, nascido em Martinópolis, São Paulo, em 24/9/39. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas Gerais, em 1967. Juiz do 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, pelo critério do quinto constitucional, em 27/9/91. Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 25/8/97. Aposentou-se em 21/9/09

FATOS RELEVANTES

Sede da 5ª RAJ

A Comarca de Presidente Prudente, além de sede da 27ª Circunscrição Judiciária, é também sede da 5ª Região Administrativa Judiciária do Estado de São Paulo, que abrange 34 comarcas: Adamantina, Assis, Bastos, Cândido Mota, Dracena, Flórida Paulista, Gália, Garça, Iepê, Junqueirópolis, Lucélia, Maracaí, Marília, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Palmital, Panorama, Paraguaçu Paulista, Pirapozinho, Pompéia, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio, Tupã e Tupi Paulista.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo aprovou, em 7 de março de 2012, a Resolução nº 560, que criou dez regiões administrativas judiciárias no Estado, com o objetivo de melhorar a estrutura de organização judiciária e a racionalização dos recursos públicos, em função da extensão territorial do Estado, ocasião em que a Comarca de Presidente Prudente passou à condição de sede da 5ª RAJ.

A 5ª RAJ, cuja secretaria foi inicialmente instalada em prédio locado na Avenida Miguel Damha nº 225, teve como primeiro juiz diretor Antonio Roberto Sylla (7/5/12 a 22/11/18), que foi sucedido pelo magistrado João Pedro Bressane de Paula Barbosa (22/11/18 a 31/12/19) e atualmente está sob a direção do juiz Paulo Gimenes Alonso desde 2020, estando instalada na Rua Major Felício Tarabay, nº 1.017. A atual coordenadora da 5ª Região Administrativa Judiciária é a servidora Neide Maria da Silva, funcionária do Fórum de Presidente Prudente desde 1987.

Juízes Antonio Roberto Sylla, João Pedro Bressane de Paula Barbosa e Paulo Gimenes Alonso, respectivamente

Sede do Deecrim-5

Em 27 de fevereiro de 2015 o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Renato Nalini, esteve em Presidente Prudente para a instalação do Departamento Estadual de Execução Criminal da 5ª Região Administrativa Judiciária (Deecrim-5) – sexta unidade instalada no interior do Estado.

A unidade processa, na forma digital, as execuções criminais de sentenciados que cumprem penas privativas de liberdade em regime fechado e semiaberto nas diversas penitenciárias da região.

A primeira magistrada responsável pelo Deecrim foi Flávia Alves de Medeiros, então juíza auxiliar da Comarca de Presidente Prudente, auxiliada pelos magistrados Luiz Augusto Esteves de Mello, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Birigui, e Marcela Papa Paes, da 1ª Vara Cível de Assis. Atualmente o Deecrim está sob responsabilidade de Renata Biagioni, juíza titular da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Marília, e oficiam como auxiliares os juízes José Augusto Franca Junior, Guilherme Facchini Bocchi Azevedo e Giuliana Casalenuovo Brizzi Herculian. O atual coordenador do Deecrim da 5ª RAJ - Presidente Prudente é o servidor Paulo Sergio Gonçalves Cavalcante, funcionário do fórum desde 30/6/95.

Colégio Recursal

O Colégio Recursal de Presidente Prudente é composto por quatro Turmas Recursais Cíveis e uma Turma Recursal Criminal, e tem competência para julgamento dos processos originários dos Juizados Especiais Cíveis (causas de até 40 salários mínimos), Criminais e das Fazendas Públicas (causas de até 60 salários mínimos), da 27ª Circunscrição Judiciária, composta pelas comarcas de Presidente Prudente (sede), Pirapozinho, Regente Feijó, Rancharia, Iepê, Presidente Bernardes e Martinópolis.

Os próprios juízes das diversas varas judiciais da circunscrição compõem cumulativamente as turmas recursais, sem prejuízo de suas funções judicantes nas unidades jurisdicionais das quais são titulares, a saber:

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

27ª CJ – PRESIDENTE PRUDENTE
(Iepê, Martinópolis, Pirapozinho, Presidente Bernades, Presidente Prudente, Rancharia e Regente Feijó)
Presidente: Fabio Mendes Ferreira (26/3/2022 a 26/3/2023)

1ª Turma Recursal Cível

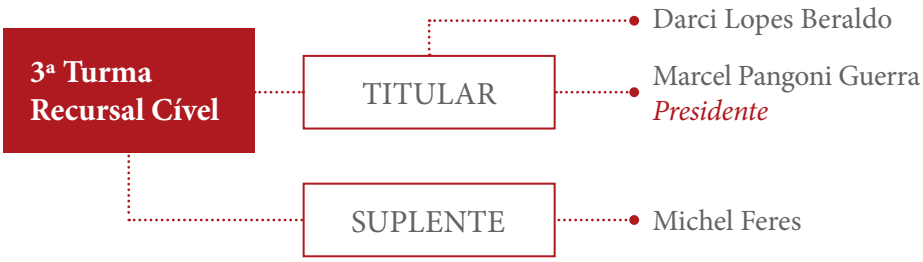
TITULAR

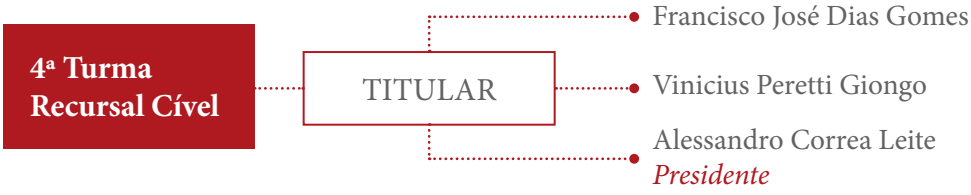
- Paulo Gimenes Alonso
- Sérgio Elorza Barbosa de Moraes *Presidente*
- José Wagner Parrão Molina

2ª Turma Recursal Cível

TITULAR

- Eduardo Gesse
- Fabio Mendes Ferreira *Presidente*
- Atis de Araujo Oliveira





O atual presidente é Fábio Mendes Ferreira, 2º juiz de Direito auxiliar de Presidente Prudente. A atual chefe de seção judiciário do Colégio Recursal é a servidora Joseleni Andreia Gava, funcionária do fórum desde 18/6/09

Cejusc

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) foi inaugurado em Presidente Prudente em 14 de outubro de 2013, instalado no subsolo do prédio da unidade local do Poupatempo (Orgão criado em 1997 para facilitar o acesso aos serviços públicos no Estado de São Paulo).

O Cejusc tem como objetivo humanizar o atendimento do cidadão, e por intermédio da conciliação buscar a solução de conflitos, antes que eles cheguem ao Poder Judiciário e, com isso, diminuir o número de processos. O Cejusc atende interessados na solução consensual de causas cíveis, bem como assuntos relacionados à família (exceto inventários e arrolamentos de bens) e relações de consumo em geral entre consumidor e fornecedor, regidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

O Cejusc é mantido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, e da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. O Centro promove audiências com conciliadores e mediadores capacitados pelo TJSP.

O coordenador do Cejusc é o juiz Michel Feres, titular da Vara do Juizado Especial Cível de Presidente Prudente. A atual chefe de seção judiciário do Cejusc é a servidora Ana Lúcia Alves Vilela, funcionária do fórum desde 18/7/06.

Em 2022 foram apresentadas 1.159 reclamações pré-processuais e realizados 542 acordos, entre reclamações e processos judiciais.

Inauguração da 76ª unidade do Cejusc

A COMARCA NA CÁPSULA DO TEMPO

> *"O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente..."*
>
> Mario Quintana

No dia 13 de abril de 2018, em cerimônia solene, foi entregue à população prudentina a Praça do Centenário, obra com grande simbolismo em comemoração aos 100 anos de fundação da cidade. Após a cerimônia de entrega da obra, foi aterrada uma cápsula do tempo, contendo fotografias, publicações e documentos representativos da época. A urna depositada na Praça do Centenário somente será reaberta no ano de 2067.

REGISTRO HISTÓRICO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP
FÓRUM DA COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE
NO ANO DO CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO

Nota: Nessa cápsula do tempo há um documento elaborado pela Administração do Fórum de Presidente Prudente. Trata-se de um Registro Histórico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, especificamente da Comarca de Presidente Prudente, com dados atualizados até a data do ano do centenário do município, em relação à localização, número de varas e respectivos juízes titulares, bem como número de servidores e processos em andamento. Traz ainda dados da 5ªRAJ (Região Administrativa Judiciária) e do Deecrim (Departamento Estadual de Execução Criminal

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação da Prefeitura de Presidente Prudente

HOMENAGEM AO DESEMBARGADOR LUIZ ELIAS TÂMBARA

No ano do Centenário da comarca será afixado no átrio do prédio do fórum um retrato do desembargador Luiz Elias Tâmbara, que foi o 1º juiz da hoje 3ª Vara Cível de Presidente Prudente, entre os anos de 1969 e 1974, e fez notável carreira na Magistratura paulista, destacando-se como um dos mais ilustres presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Foi responsável pela elevação, em 2005, de comarcas do interior do Estado para a categoria de entrância final, inclusive Presidente Prudente, permitindo o acesso de juízes dessas comarcas para o Tribunal de Justiça, o que até então era restrito aos juízes da capital.

> ***"Homem extraordinário, que conduziu a unificação dos tribunais. Trabalho hercúleo, feito com muita tranquilidade e sensibilidade. Um ser humano educado, gentil, que sempre tinha uma palavra boa e tranquilizadora (...)"***

Geraldo Francisco Pinheiro Franco, presidente do TJSP biênio 2020/2021

Tâmbara nasceu em 1940 em Bauru, interior de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Direito de Bauru, na turma de 1965. Ingressou na Magistratura como juiz substituto na 28ª Circunscrição Judiciária, com sede em Ribeirão Preto, em 1966. Ao longo da carreira trabalhou nas comarcas de Nhandeara, Guaíra, Presidente Prudente e São Paulo.

Em 1979, foi promovido ao 2º Tribunal de Alçada Civil, e, em 1983, chegou ao cargo de desembargador do TJSP. No biênio 2000/2001 exerceu a 4ª vice-presidência e, em 2002/2003 foi eleito corregedor-geral da Justiça. Em 2004/2005, presidiu o tribunal e, de 2006 a 2010, atuou como decano. Aposentou-se em julho de 2010.

Em 31/5/04 recebeu o título de Cidadão Prudentino. O desembargador faleceu aos 24 de novembro de 2021, aos 81 anos. O então presidente do TJSP, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, decretou luto oficial de três dias no Poder Judiciário em todo o Estado e lamentou a perda do magistrado: "Homem extraordinário, que conduziu a unificação dos tribunais. Trabalho hercúleo, feito com muita tranquilidade e sensibilidade. Um ser humano educado, gentil, que sempre tinha uma palavra boa e tranquilizadora. Em nome do Poder Judiciário externo os nossos agradecimentos".

Outros presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo que judicaram em Presidente Prudente

Desembargador Bruno Affonso de Andre (biênio 1984/1985) foi juiz em Presidente Prudente de 23/1/54 a 26/4/55

Desembargador Aniceto Lopes Aliende (biênio 1990/1991) foi juiz em Presidente Prudente de 8/10/57 a 4/9/63

Desembargador Antonio Carlos Viana Santos (biênio 2010/2011) foi titular da 1ª Vara Cível em Presidente Prudente no ano de 1972

PERSONALIDADES MARCANTES

Antonio José Machado Dias

> *"A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar"*
>
> Martin Luther King

Antonio José Machado Dias foi juiz de execuções criminais e corregedor de presídios de Presidente Prudente, responsável pelos presídios da região oeste do estado, desde que a Vara de Execuções de Presidente Prudente foi criada, em 1999. Faleceu no dia 14 de março de 2003, aos 48 anos, assassinado a tiros numa emboscada, instantes após deixar o fórum da comarca, depois de mais um dia de trabalho, fato de grande repercussão e que causou comoção nacional.

A Comarca de Pirapozinho lhe prestou justa homenagem atribuindo seu nome ao fórum da comarca.

Apaixonado por futebol, e particularmente pelo *Sport* Clube Corinthians, foi homenageado com a atribuição de seu nome ao campo de Futebol *Society* do Tenis Clube de Presidente Prudente. Também foi homenageado pela Prefeitura Municipal, que atribuiu seu nome à "Morada dos Pássaros", do Parque Municipal "Cidade da Criança".

Emerson Ueocka

> *Legado não é o que você deixa para as pessoas, legado é o que você deixa nas pessoas*
>
> Deive Leonardo

Emerson Ueocka foi juiz da 3ª Vara Criminal de Presidente Prudente, de 28/4/99 a 3/7/18, quando se aposentou. Ele se notabilizou não só pelo trabalho sério e honesto dedicado à Magistratura, como também pelo amor ao ciclismo, tendo realizado diversas jornadas pelo Brasil sobre duas rodas e, pelo silencioso (quase secreto) trabalho social a que se dedicou, particularmente, como voluntário do S.O.S. (Serviço de Obras Sociais), entidade filantrópica da qual foi diretor no período de 8/3/2019 até quando faleceu em 8 de janeiro de 2021, aos 59 anos, em decorrência de um câncer, perda por todos muito lamentada.

Homem extremamente reservado, quase se manteve no anonimato, mas foi um dos incentivadores da instalação da sala de leitura daquela entidade, tendo se empenhado para melhorar o acervo da biblioteca por meio de doações de livros, bem como cuidou da reforma e modernização do laboratório de informática destinado a jovens carentes, nomeado 'Sala de Informática Emerson Ueocka', em 16 de setembro de 2022.

Também em sua homenagem, pela Lei Municipal nº 10.976/22, de autoria do Poder Executivo, a pista de ciclismo do Centro Olímpico de Presidente Prudente recebeu o nome de "Dr. Emerson Ueocka".

Sua histórica bicicleta foi doada pela esposa Lorayne Garcia Ueocka ao S.O.S., entidade à qual tanto se dedicou.

Odorico Nilo Menin Filho

> ***"As pessoas que possuem alguma força de caráter carregam consigo, como os planetas, a sua atmosfera nas suas órbitas"***
>
> Thomas Hardy

Odorico Nilo Menin Filho atuou na comarca de 11/3/83 a 19/3/03 quando se aposentou. Aqui se destacou pelo grande contingente de amigos que angariou no período, não só no âmbito do fórum, mas também em todos os setores da sociedade prudentina, pelo modo alegre, franco e cordial que caracteriza sua personalidade.

Foi titular da 2ª Vara Criminal, que na época cumulava os serviços judiciários relativos à Infância e Juventude, e atualmente reside em Fortaleza, onde desfruta da merecida aposentadoria.

Foi homenageado com a atribuição de seu nome ao Planetário do Parque Cidade da Criança de Presidente Prudente. Inaugurado em outubro de 2002, o planetário, que é considerado um dos melhores do estado de São Paulo e já foi visitado por mais de 10 mil pessoas, projeta uma simulação do céu, que possibilita a visualização das principais constelações e cerca de 8 mil estrelas, galáxias, aglomerados, a lua e muitos outros astros. A reprodução, feita por vídeos, é transmitida em sessões de aproximadamente 40 minutos, incluindo narração explicativa e sala preparada para uma viagem no espaço.

Tribunal de Justiça de São Paulo

Organização

Juliana Arthuzo de Campos Chiara · Danielle Cristine Pereira Lopes
Servidoras da Administração do Fórum de Presidente Prudente

Colaboração

Benjamim Resende · Professor

Supervisão

José Wagner Parrão Molina · Juiz diretor do Fórum de Presidente Prudente
Paulo Gimenes Alonso · Juiz diretor da 5ª RAJ

Fotos

Arquivo · Antonio Carlos Carreta · Klaus Silva Pinto
Paulo Roberto Justino de Santana Pereira · Ricardo Braga Lou

Ilustrações

Erica Artuso · Designer

Diagramação

Secretaria da Presidência · Diretoria de Comunicação Social

Jornalista responsável

Rosangela Sanches · MTb: 23566

Impressão

Secretaria de Administração e Abastecimento · Serviço de Artes Gráficas

Material elaborado pelos magistrados e servidores de Presidente Prudente, de forma colaborativa à preservação da história do Judiciário local, em atenção à Portaria nº 10.073/22, que designou como integrantes da Comissão de Gestão da Memória do Tribunal de Justiça de São Paulo os desembargadores Octávio Augusto Machado de Barros Filho (presidente) e Renato Delbianco (vice-presidente) e os magistrados Marco Aurélio Pelegrini de Oliveira e Carlos Alexandre Böttcher, nos termos das Resoluções nº 860/22 e nº 859/21, ambas do TJSP, e da Resolução nº 324/20 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Edição especial em comemoração ao centenário
da Comarca de Presidente Prudente
Março/23

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874